50 Anos da Lei dos Baldios, que futuro?

Armando Carvalho, BALADI – Federação Nacional dos Baldios

Senhora Presidente da Mesa do Congresso,

Caros congressistas,

Em nome da BALADI — Federação Nacional dos Baldios, quero começar por saudar calorosamente este Congresso da Confederação Nacional da Agricultura, os seus dirigentes e agricultoras e agricultores aqui presentes e, através de todos vós, os milhares de pequenos e médios agricultores, pastores e compartes dos baldios que a CNA representa e cuja voz tem sabido afirmar e defender ao longo de quase meio século.

Desejamos que este Congresso constitua um momento de reflexão, de reforço da organização e de afirmação das reivindicações da agricultura familiar portuguesa.

É com particular satisfação que a BALADI participa neste Congresso, realizado em Vila Real.

E não podemos deixar de começar por assinalar o significado especial de nos encontrarmos precisamente nesta cidade.

Historicamente, Coimbra e Vila Real foram cidades berçárias da génese do movimento associativo da agricultura familiar e dos baldios de Portugal.

Em 1978, cerca de 5 mil agricultores do País e das ilhas, no seu 1º Encontro no Pavilhão dos Olivais em Coimbra, aprovaram a 1ª Carta da Lavoura Portuguesa e lançaram a semente à terra que viria a germinar este grande projecto associativo que é a CNA.

Um ano depois, em Fevereiro de 1979 em Vila Real, realizou-se a 1ª Grande Conferência Nacional dos Baldios do Norte e Centro do País, com a participação de mais de 1200 compartes em representação 320 Conselhos Directivos de Baldios, o momento fundacional da organização dos compartes a nível nacional, num processo em que a CNA teve um papel determinante.

Foi também em Vila Real, em 2001, na 4ª Conferência Nacional dos Baldios que se formalizou legalmente a Federação Nacional dos Baldios.

Por isso, estar hoje aqui, num Congresso da CNA, tem um significado muito especial para nós.

É regressar a uma cidade onde se escreveram páginas fundamentais de uma história que construímos em conjunto.

Uma história que nasceu das conquistas de Abril, da restituição dos baldios às comunidades e da organização dos pequenos e médios agricultores e dos compartes para defenderem os seus direitos.

Uma história feita de solidariedade, de trabalho colectivo e de persistência.

A BALADI reconhece, com gratidão, o papel determinante que a CNA desempenhou na sua origem e na construção do movimento nacional dos baldios.

Hoje, a BALADI é uma Federação Nacional com estrutura própria, com organizações associadas, técnicos, dirigentes e comunidades que assumem responsabilidades muito significativas na gestão comunitária do território.

Mas não nos podemos esquecer de onde vimos, nem da nossa progenitora.

A CNA continua a ser a nossa Confederação, a organização em que nos revemos e com a qual partilhamos uma longa história de defesa da agricultura familiar, dos pequenos e médios agricultores e das populações rurais.

A história dos baldios é inseparável da história da agricultura familiar portuguesa.

Durante gerações, os baldios forneceram pastagens, matos, lenhas, água e outros recursos indispensáveis à sobrevivência das pequenas explorações agrícolas e das comunidades rurais.

E continuam a desempenhar essa função, embora hoje assumam também novas responsabilidades económicas, sociais e ambientais.

Defender os baldios é também defender a agricultura familiar. E defender a agricultura familiar é defender as comunidades que continuam a dar vida aos nossos territórios rurais.

Caros Congressistas,

Celebrámos, este ano, os 50 anos da promulgação da Lei dos Baldios, uma das conquistas mais significativas da Revolução de Abril no mundo rural.

A restituição dos baldios às comunidades não representou apenas a recuperação de terrenos ou de recursos naturais apossados pela ditadura.

Representou o reconhecimento de um direito colectivo, de uma forma própria de propriedade e de uma tradição de organização comunitária profundamente enraizada na história do nosso país.

Os baldios são património das comunidades locais.

Não são propriedade do Estado, nem dos municípios, nem das empresas.

São das comunidades que, através das suas Assembleias de Compartes e dos órgãos por elas eleitos, têm o direito de decidir sobre a sua administração, utilização e valorização.

E este princípio continua a ser tão importante hoje como era há cinquenta anos.

Este aniversário de comemoração de meio século, que deveria representar uma oportunidade para aprofundar a autonomia das comunidades, está a ser marcado por novas ameaças aos seus direitos.

Com o fim do regime de co-gestão previsto na actual lei dos baldios, abriu-se uma nova etapa na administração dos baldios.

A BALADI sempre afirmou que as comunidades precisam de apoio público, de assistência técnica, de investimento e de cooperação com o Estado.

O que não podemos aceitar é que essa cooperação se transforme numa nova forma de subordinação.

As propostas de delegação de poderes apresentadas pelo ICNF não representam a continuidade da co-gestão.

São instrumentos que visam transferir para o Estado poderes muito amplos de administração, condicionando a capacidade das comunidades para decidir sobre os seus recursos e sobre o futuro dos seus territórios. Uma verdadeira hipoteca sobre a gestão do património baldio.

Temos conhecimento que algumas comunidades estão a ser confrontadas com a possibilidade de perderem a intervenção das equipas de sapadores florestais, no âmbito dos dias de serviço público, caso não aceitem assinar os instrumentos de delegação de poderes propostos pelo ICNF.

Não pode ser esta, a relação do Estado com os baldios.

O Estado tem o dever de apoiar as comunidades, não de as colocar perante a escolha entre manter a sua autonomia ou perder condições essenciais para gerir os seus territórios.

Queremos cooperação com o Estado. Não aceitamos que essa cooperação seja confundida com submissão.

Mas há outra preocupação que queremos trazer a este Congresso.

Os baldios são hoje objecto de uma procura crescente por parte de empresas, investidores e intermediários interessados nos seus recursos.

Falamos da floresta e da madeira, mas também da energia eólica e solar, dos mercados de carbono e de outros serviços dos ecossistemas.

Não somos contra o investimento, nem contra a inovação ou a criação de novas actividades económicas nos baldios.

Pelo contrário, queremos que estes territórios produzam riqueza, criem emprego e ofereçam oportunidades às populações.

Há contratos que podem comprometer decisões por várias décadas, atribuir a terceiros direitos extensos sobre os recursos e deixar às comunidades uma parte reduzida dos benefícios económicos.

Há situações em que a complexidade técnica e jurídica das propostas coloca comunidades com poucos meios numa posição de grande desigualdade perante empresas que dispõem de equipas especializadas de advogados, economistas e técnicos.

É perante esta realidade que a BALADI tem vindo a alertar para o risco de apropriação privada dos benefícios gerados pelo património comunitário.

A BALADI entende que qualquer investimento nos baldios deve respeitar princípios muito claros:

Quem decide são as comunidades.

Quem controla a gestão dos recursos são as comunidades.

E quem deve beneficiar prioritariamente da riqueza produzida são as comunidades.

Estes princípios não são incompatíveis com a actividade económica, com o investimento privado ou com a cooperação institucional.

Porque os baldios não são espaços vazios.

São territórios de vida, de trabalho e de memória colectiva.

São indispensáveis à pastorícia, à agricultura familiar, à conservação da natureza e à prevenção dos incêndios.

E representam uma forma própria de propriedade e de organização social que Portugal tem o dever de preservar.

Caros Congressistas,

Perante estes desafios, a BALADI tem procurado reforçar a sua organização, a sua capacidade de intervenção e, sobretudo, a sua ligação às comunidades.

Foi com esse espírito que preparámos a VIII Conferência Nacional dos Baldios, realizada no passado dia 3 de Outubro, em Chaves. Foi uma grande Conferência, um momento alto de todas estas discussões.

A Conferência constituiu um momento muito significativo de participação e afirmação do movimento dos baldios, demonstrando que, apesar das dificuldades, existe uma grande vitalidade nas nossas comunidades.

Foi particularmente encorajador constatar que, em muitas delas, novas gerações começam a assumir responsabilidades, dando continuidade ao trabalho daqueles que, durante décadas, defenderam os baldios.

É esse trabalho de proximidade que queremos continuar e aprofundar.

Queremos chegar a mais comunidades, incluindo aquelas que estão mais isoladas, mais envelhecidas e que dispõem de menos pessoas e menos meios para assegurar a gestão dos seus baldios.

Porque sabemos que, muitas vezes, a desigualdade começa precisamente aí: na ausência de informação, de conhecimentos técnicos, de capacidade negocial e de acesso ao aconselhamento jurídico. Daí a necessidade e a existência da BALADI - para ajudar as comunidades a conhecer o valor dos seus recursos, a compreender as propostas que lhes são apresentadas, a identificar riscos, a negociar melhores condições e a tomar decisões esclarecidas.

Tudo isto, no quadro de princípios muito claros.

Os baldios são das comunidades e devem continuar a ser governados pelas comunidades.

Os seus recursos devem ser aproveitados de forma sustentável, respeitando os usos tradicionais, as necessidades actuais e os direitos das gerações futuras.

E os benefícios da sua exploração devem reverter indiscutivelmente para as suas comunidades.

É esta dimensão social e comunitária dos baldios que não podemos perder e abdicar.

A riqueza produzida em comum deve servir o bem comunitário.

E é precisamente esta ligação directa às comunidades que dá legitimidade à BALADI para ser a sua voz junto do Governo, da Administração Pública e das demais instituições.

Caros Congressistas,

Quero terminar reafirmando a solidariedade da BALADI para com a CNA e para com as lutas dos pequenos e médios agricultores portugueses.

Conhecemos as dificuldades que enfrentam.

O aumento dos custos de produção, os preços muitas vezes insuficientes pagos à produção, os prejuízos provocados pelas intempéries, as doenças e pragas, as dificuldades de acesso aos apoios públicos e o enfraquecimento dos serviços de proximidade, são problemas que comprometem a continuidade de muitas explorações agrícolas do nosso País.

A agricultura familiar e os baldios partilham as mesmas aldeias, as mesmas serras, as mesmas dificuldades e, muitas vezes, as mesmas famílias.

Quando desaparece uma exploração agrícola, quando um pastor abandona a actividade, quando uma aldeia perde população, também os baldios ficam mais fragilizados.

E quando os baldios deixam de oferecer condições para a pastorícia, para o aproveitamento dos recursos naturais e para a criação de rendimento, é toda a economia rural que perde.

Foi também por isso que a BALADI apresentou propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2027, defendendo a reposição do financiamento de 30 milhões de euros destinado à promoção da biodiversidade, à prevenção dos incêndios e ao apoio ao pastoreio extensivo, bem como o reconhecimento expresso das comunidades de baldios como destinatárias dos apoios públicos canalizados através do ICNF.

Não são reivindicações isoladas. São propostas que visam o interesse comum. Fazem parte do universo das mesmas preocupações: garantir que os recursos públicos chegam a quem trabalha, a quem produz, a quem preserva, cuida e mantém vivos e produtivos os nossos territórios.

Sabemos que a defesa da agricultura familiar não se faz apenas com palavras de reconhecimento.

Faz-se com medidas concretas, com investimento, com organização e com respeito por quem vive e trabalha no mundo rural.

E sabemos também que a defesa dos baldios exige esse mesmo compromisso.

Caras amigas e caros amigos,

Comecei por recordar a génese da história comum da CNA e da BALADI, nas cidades de Coimbra e Vila Real. Tempos idos, tempos gloriosos de memória e da história. Precisamos dessa memória do passado, para compreender o presente e vislumbrar o futuro. Este é o nosso grande desafio, objectivo que não enjeitamos e que estamos confiantes que as conclusões deste X Congresso apontarão tais perspectivas para o futuro da agricultura familiar e dos baldios.

A CNA pode contar com a solidariedade da BALADI.

Viva a CNA!

Vivam os baldios e as suas comunidades!

Viva a agricultura familiar!

Muito obrigado.